

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE PREVENÇÃO E AUXÍLIO A DESASTRES E CALAMIDADES NATURAIS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(DO Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Comissão Especial, à Zona da Mata mineira para visitar as cidades e para tratar das consequências das fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata de Minas Gerais no ano de 2026.

Senhor Presidente, nos termos regimentais, venho requerer a Vossa Excelência a realização de Visita Técnica de membros desta Comissão Especial à Zona da Mata mineira para visitar as cidades e para tratar das consequências das fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata de Minas Gerais no ano de 2026.

JUSTIFICAÇÃO

A Zona da Mata mineira, composta por municípios historicamente vulneráveis a eventos hidrometeorológicos extremos em razão de sua topografia acidentada, alta densidade populacional em áreas de risco e ocupação urbana desordenada, tem enfrentado, de forma recorrente, impactos severos associados a chuvas intensas. Cidades como Juiz de Fora, Ubá, Muriaé e Cataguases, entre outras, registraram ocorrências que resultaram em desalojados, desabrigados, interrupção de serviços essenciais, comprometimento da mobilidade urbana e prejuízos à atividade econômica local.

A realização da Visita Técnica permitirá aos membros desta Comissão averiguar in loco a extensão dos danos, dialogar com autoridades municipais, órgãos de defesa civil, representantes da sociedade civil organizada e com a população diretamente atingida, colhendo subsídios



concretos para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção, mitigação e resposta a desastres naturais.

Além disso, a presença institucional da Comissão contribui para fortalecer a articulação federativa entre União, Estado e Municípios, especialmente no tocante ao acesso a recursos emergenciais, à reconstrução de infraestrutura crítica e à implementação de medidas estruturantes voltadas à redução de riscos. A escuta qualificada das demandas locais é essencial para identificar gargalos na execução orçamentária, na liberação de recursos e na operacionalização dos instrumentos previstos na legislação de proteção e defesa civil.

A visita também se mostra oportuna para avaliar a efetividade dos planos municipais de contingência, a atualização dos mapeamentos de áreas de risco, a capacidade de resposta dos sistemas de alerta e a integração entre os entes federativos. Tal diagnóstico contribuirá para a formulação de recomendações legislativas e administrativas que visem aperfeiçoar os mecanismos de prevenção e adaptação às mudanças climáticas, cujos efeitos têm intensificado a frequência e a severidade de eventos extremos.

A iniciativa reforça o compromisso do Parlamento com a fiscalização das políticas públicas e com a promoção de soluções estruturais que transcendam ações meramente emergenciais, priorizando investimentos em infraestrutura resiliente, ordenamento territorial, recuperação ambiental de encostas e margens de cursos d'água, bem como em educação para prevenção de riscos.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado GILSON DANIEL

